

AVISO**COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**

UASG 373201 - 386.00011945/2025-27 - PREGÃO ELETRÔNICO – PE18425 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PREDIAL PARA COBERTURA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO - PAVILHÃO 03 DA CEAGESP E PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO ARMAZENADO - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS FERROVIÁRIOS DA CPTM. Início do prazo para envio da proposta eletrônica: 19/12/2025. Sessão Pública: 16/01/2026 às 09:00 horas - Edital disponível a partir do dia 19/12/2025.

O edital, na íntegra, estará disponível nos sites www.cptm.sp.gov.br, www.gov.br/compras/pt-br e www.doe.sp.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO - PE18425

A **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM** comunica aos interessados que, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Norma Implementadora nº 03/003, do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, das disposições do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), do Código de Conduta e Integridade, do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes, bem como toda a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, inclusive, normas setoriais ou gerais sobre o tema, e pela Política de Segurança da Informação da CPTM, no âmbito do objeto do Contrato e pelas condições constantes deste edital, realizará **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo modo de disputa aberto, do tipo de menor preço, para contratação de serviços sob o regime de execução de **empreitada por preço global**.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas, por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

A sessão pública de processamento do **PREGÃO ELETRÔNICO** será realizada no endereço eletrônico do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, designada nos autos do respectivo processo.

1. OBJETO E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VISITA TÉCNICA

- 1.1 A presente licitação tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PREDIAL PARA COBERTURA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO - PAVILHÃO 03 DA CEAGESP E PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO ARMAZENADO - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS FERROVIÁRIOS DA CPTM**.
- 1.2 Deverão ser obedecidas as exigências constantes no Anexo I - Termo de Referência e as condições estabelecidas no Anexo II - Minuta de Contrato.
- 1.3 O prazo de execução do objeto contratual é de **12 (doze) meses**, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela CPTM em até **05 (cinco) dias** da data da assinatura do contrato.
- 1.4 As PROPONENTES poderão realizar **visita técnica facultativa**, com a finalidade de verificar todos os aspectos técnicos que possam influir na elaboração da correspondente proposta, que poderá ocorrer no período de disponibilização do edital, devendo ser agendada com **Sr. Haroldo Alves dos Santos, e-mail haroldo.santos@cptm.sp.gov.br, fone (11) 3353-4178**, representante do Departamento de Sinalização e Telecomunicações da CPTM. Por ocasião da visita técnica, as empresas interessadas deverão se fazer representar por preposto portando carta de credenciamento. O transporte e o custo ao local de visita correrão por conta de cada empresa interessada.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Integram o presente edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

Anexo I	Termo de Referência;
Anexo II	Minuta de Contrato;
Anexo III	Modelo de Proposta;
Anexo IV	Modelo de Planilha de Quantidades e Preços Propostos;
Anexo V	Modelo de Declaração de Regularidade junto ao Ministério do Trabalho;
Anexo VI	Modelo de Declaração referente ao item 3.7.1 do Edital;
Anexo VII	Modelo de Declaração de Ciência e Responsabilidade;
Anexo VIII	Modelo de Declaração de Parte Relacionada; e
Anexo IX	Modelo de Termo de Ciência e de Notificação.

3. PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar do certame todos os interessados que estiverem cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), em atividade econômica compatível com o objeto da licitação, e desde que detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida em regulamento próprio.

- a) Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- b) As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o cadastro no SICAF, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

3.2 Quaisquer incompatibilidades entre o regulamento do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e o Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, prevalecerão as disposições do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

3.3 A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no Pregão Eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

3.4 Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Pregão Eletrônico.

3.5 O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

- 3.6 Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 7.7 deste edital, a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá constar do registro da licitante junto ao SICAF.
- 3.7 Não poderão participar deste certame empresas impedidas de participar de licitação ou de serem contratadas pela CPTM, nos termos dos artigos 30 e 31 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, disponível no sítio eletrônico www.cptm.sp.gov.br.
- 3.7.1 A PROPONENTE deverá declarar que não está impedida de participar de licitações e de com a CPTM contratar, conforme modelo constante do Anexo VI.
- 3.8 É vedada a participação de cooperativas nesta licitação, nos termos do parágrafo único do artigo 29 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, bem como nos termos da Deliberação do TCE (SEI Nº 0017044/2021-10) de 15 de dezembro de 2022.

4. CREDENCIAMENTO

- 4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico, no sítio www.gov.br/compras.
- 4.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 4.3 O uso de senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante legal, não cabendo ao provedor do sistema ou a entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5. DA PROPOSTA

- 5.1 As propostas deverão ser enviadas por meio do sistema eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo, devendo a licitante no cadastramento da proposta inicial, declarar, em campo próprio do sistema, que:
- 5.1.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.1.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

- 5.1.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.1.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.1.5 A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - 5.1.5.1 Caso a licitante declare que não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, não prejudicará a participação no certame, apenas não terá direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 5.2 Ao apresentar proposta fica subentendido que a licitante declara ter pleno conhecimento da natureza dos serviços a serem realizados e que se submete a todas as cláusulas e condições do edital, bem como às disposições do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, da Lei Federal nº 13.303/16, do Código de Conduta e Integridade e do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, que regerão o contrato decorrente desta licitação.
- 5.3 Para fins de lançamento da proposta no sistema, o valor enviado eletronicamente deverá ser o **VALOR GLOBAL** orçado pela PROPONENTE.
- 5.4 No montante proposto pela licitante deverão estar incluídos além de todos os custos operacionais de sua atividade (materiais, equipamentos, insumos, salários acrescidos dos respectivos encargos sociais), e os tributos que eventualmente se façam devidos, também o BDI.
- 5.5 O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias, contados da última data estabelecida para a sua entrega.

6. DA HABILITAÇÃO

- 6.1 O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no subitem 7.16, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 6.1.1 Registro do empresário na Junta Comercial;
- 6.1.2 Inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da designação da diretoria em exercício;
- 6.1.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito

na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;

- 6.1.4 Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir;

REGULARIDADE FISCAL

Caso a PROPONENTE participe da licitação por meio da matriz, deverão ser apresentados os documentos comprobatórios de regularidade fiscal em nome e CNPJ da matriz.

Caso a participação da PROPONENTE se dê por meio de uma de suas filiais, deverão ser apresentados documentos comprobatórios de regularidade fiscal em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente sejam emitidos somente em nome da matriz.

- 6.1.5 Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica** - CNPJ da **PROponente**;
- 6.1.6 Prova de regularidade para com a seguridade social, mediante a apresentação de **Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional**, dando conta da regularidade dos **Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** por elas administrados;
- 6.1.7 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do **Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)**;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 6.1.8 **Comprovante de registro** da empresa licitante na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 6.1.9 Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial/extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede (matriz) da pessoa jurídica, para Sociedades Empresárias;
- 6.1.9.1 Na hipótese de recuperação judicial/extrajudicial, deve a PROPONENTE apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor, com autorização expressa para a participação em processos de licitação; ou laudo de constatação prévia das reais condições de funcionamento do devedor nos termos do art. 51 - A, da Lei 11.101/05 acompanhado do despacho de deferimento do processamento da recuperação judicial; ou decisão interlocutória do juízo do

processamento da recuperação autorizando a participação em processos de licitação; ou certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

- 6.1.10 Certidão negativa de execução patrimonial expedida pelo distribuidor Judicial das Varas Cíveis em geral da Comarca onde a empresa está sediada, para Sociedades Simples.

DECLARAÇÕES

- 6.1.11 **Declaração**, sob as penas da lei, que a PROPONENTE se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo V;
- 6.1.12 **Declaração**, sob as penas da lei, de que a PROPONENTE não está impedida de participar de licitação ou de ser contratada pela CPTM, nos termos dos artigos 30 e 31 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, conforme Anexo VI;
- 6.1.13 **Declaração de Ciência e Responsabilidade**, conforme modelo constante do Anexo VII; e
- 6.1.14 **Declaração de Parte Relacionada**, conforme modelo constante do Anexo VIII.
- 6.2 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. No entanto, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- 6.3 Não constando dos documentos prazo de validade, serão aceitos aqueles emitidos até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação da proposta.
- ## **7. PROCEDIMENTO E JULGAMENTO**
- 7.1 No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos do subitem 5.3 deste edital.
- 7.2 No dia e horário indicado no preâmbulo deste edital, dar-se-á início à sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico automaticamente, por meio de sistema eletrônico.
- 7.3 Será iniciada a etapa de lances, em que poderão participar todas as licitantes.
- 7.3.1 A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.
- 7.3.2 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes,

inferiores à proposta de menor preço ou em valores distintos e decrescentes inferiores ao do último valor apresentado pela própria licitante ofertante, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor, ficando estabelecida a **REDUÇÃO MÍNIMA ENTRE ELES DE R\$ 1.000,00 (MIL REAIS)**.

- 7.4 A etapa de lances terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.4.1 A prorrogação automática da etapa de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.5 A etapa de lances será encerrada automaticamente pelo sistema, findos os períodos de duração indicados no subitem anterior.
- 7.6 Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores.
- 7.7 Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:
- 7.7.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 7.7.2 O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas.
- 7.7.3 A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora dos lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta.
- 7.7.3.1 Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contados após a comunicação automática controlada pelo sistema.
- 7.7.3.2 Na ocorrência de desistência ou na falta de manifestação no prazo estabelecido, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência.
- 7.7.3.3 Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no 7.7.1, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova oferta.

7.7.3.3.1 Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

7.7.4 O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.8 Em caso de empate entre 2 (duas) melhores propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os critérios de desempate estabelecidos no artigo 78 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

7.8.1 As regras previstas no subitem 7.8 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.9 O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

7.10 O pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

7.11 A aceitabilidade será aferida por meio de atualização monetária do valor do orçamento estimado, após aplicação do Índice Geral de Preços ao Consumidor - IPC-FIPE correspondente a data da sessão pública.

7.11.1 Na hipótese de, até a data do julgamento das propostas, não ter sido divulgado o índice correspondente ao mês da sessão pública, a atualização será calculada através da aplicação do último índice disponibilizado.

7.12 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a PROPONENTE desistente a penalidade mencionada na cláusula 11 deste edital.

7.13 O autor da oferta de menor preço deverá, ao final da etapa de negociação e após a solicitação do Pregoeiro, enviar a Proposta e a Planilha de Quantidades e Preços Propostos, elaboradas conforme modelos constantes nos Anexos III e IV do Edital, contemplando o preço aceito pelo pregoeiro na etapa de negociação.

7.13.1 As planilhas apresentadas serão analisadas e caso eventuais valores unitários sejam maiores que os valores unitários obtidos em face da pesquisa de preços o Pregoeiro e Equipe de Apoio poderão negociá-los um a um, a fim de obter condições mais vantajosas para a Administração, antes do preço ser considerável aceitável.

7.14 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro procederá a análise das propostas visando o atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas que:

- a) Não obedecerem às exigências do edital ou da legislação aplicável, ou impuserem condições;
- b) Forem omissas, vagas ou apresentarem irregularidades insanáveis;
- c) Apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;

- d) Por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação.

7.15 A desclassificação se dará por decisão motivada do pregoeiro.

7.16 Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

- a) A verificação dos documentos indicados no item 6 deste edital do autor da oferta aceita;
- b) Caso os documentos não atendam aos requisitos estabelecidos no item 6 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações;
 - b1) Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.
- c) A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no edital, mediante a apresentação de novos documentos ou a substituição de documentos anteriormente ofertados, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, por meio do sistema.
- d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 7.16. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.
- e) A critério do Pregoeiro a empresa declarada vencedora poderá ser instada a apresentar os originais, inclusive a Proposta e a Planilha de Quantidades e Preços Propostos, elaboradas conforme modelos constantes nos Anexos III e IV do Edital, ou cópias autenticadas por tabelião de notas quando for o caso, dos documentos enviados na forma constante da alínea “c”, que, caso solicitados, deverão ser apresentados no Departamento de Contratações e Compras por Meio Eletrônico - DFCE, sito na Rua Boa Vista nº 162 - 1º andar - Centro - São Paulo/SP, em prazo a ser determinado, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.
- f) Para habilitação de microempresas ou empresas de pequeno porte não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados nos subitens 6.1.6 e 6.1.7 deste edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.
- g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

- 7.17 A licitante habilitada nas condições da alínea “f” do subitem 7.16 deverá comprovar sua regularidade fiscal por ocasião da celebração do instrumento contratual, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, sendo a sessão retomada para exame da oferta subsequente de menor preço, nos termos do subitem 7.19.
- 7.18 A comprovação de que trata o subitem 7.17 deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério da CPTM, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame.
- 7.19 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, respeitada a ordem de classificação, assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 7.20 Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem 7.19, será declarada a melhor oferta, aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

8. RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 8.1 Divulgado o vencedor pelo sistema, as licitantes poderão manifestar, motivadamente, a intenção de interpor recurso referente ao resultado do julgamento das propostas e da habilitação, da anulação ou da revogação da licitação, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio disponibilizado no sistema, no prazo de 10 (dez) minutos, sem prorrogação.
- 8.2 Havendo manifestação motivada da intenção de interposição de recurso, na forma indicada no subitem anterior, o sistema informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública e, aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a contar da data da divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 8.3 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso.
- 8.4 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente instruído à autoridade competente.
- 8.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 8.6 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento, excetuando-se o disposto no § 2º, artigo 94

do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

- 8.7 A adjudicação será feita **pela totalidade do objeto**.

9. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

- 9.1 À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 9.2 A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará na sua suspensão e no seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida.
- 9.2.1 Se a desconexão, exceto na etapa de lances, persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa aos licitantes, de nova data e horário para a sua continuidade.
- 9.2.2 Se a desconexão ocorrer durante a etapa de lances, a sessão não será suspensa e a apresentação de lances pelos licitantes terá continuidade, até o término do período estabelecido no edital.
- 9.3 A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante, não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

10. CONTRATAÇÃO

- 10.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada por meio de contrato, cujo modelo constitui o Anexo II do presente edital.
- 10.2 A licitante vencedora deverá apresentar juntamente com a documentação indicada na alínea “e”, do subitem 7.16, os seguintes dados qualificativos: nome da pessoa para comunicações relativas ao contrato, inclusive o endereço, telefone, e e-mail para contato, assim como o nome e a qualificação da pessoa com poderes para assinar o contrato com a CPTM.
- 10.3 Caso a melhor classificada no pregão seja microempresa ou empresa de pequeno porte, em havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, serão observadas as disposições constantes dos subitens 7.16 a 7.20.
- 10.4 Se, por ocasião da formalização do contrato, a **Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional** e o **Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF** estiverem com os prazos de validade vencidos, a CPTM verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, inclusive a existência de registro no **Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN Estadual**, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 10.5 Se não for possível efetuar a verificação, de que trata o subitem 10.4, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de

regularidade de que trata o subitem 10.4, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, assim como a comprovação de inexistência de registro no CADIN Estadual, emitida por meio do site: http://www.fazenda.sp.gov.br/cadin_estadual/, sob pena da contratação não se realizar.

- 10.6 A adjudicatária deverá, no prazo de **03 (três) dias úteis** contados da data da convocação, assinar o contrato digitalmente, sob pena de sujeitar-se às penalidades previstas no item 11 deste edital.

10.6.1 A CPTM enviará e-mail para que seja realizada a assinatura digital do contrato no ambiente da plataforma eletrônica vigente (Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou outra).

10.6.2 Quando solicitado pela CPTM, a adjudicatária fica obrigada a informar os dados necessários do representante com poderes a firmar o Termo de Contrato.

10.6.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, ou outras vezes, sempre mediante justificativa.

11. PENALIDADES

- 11.1 A PROPONENTE que: ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame; não apresentar documento(s) exigido(s) para a celebração do instrumento contratual; não celebrar a contratação, quando convocado pela CPTM, dentro do prazo de validade de sua proposta; praticar quaisquer atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; apresentar documentação falsa; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, participar ou tentar participar de licitação, quando enquadrável nas hipóteses de impedimento de participação em licitação; praticar conluio, combinação ou cartel na participação de licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; dar causa à inexecução total do contrato; dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CPTM, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, garantido o direito prévio ao contraditório e a ampla defesa, estará sujeita à suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, em conformidade com a previsão contida no artigo 247 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, dosada e aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta, com o consequente registro no sítio eletrônico www.sancoes.sp.gov.br, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

- 11.2 Caso ocorram as situações especificadas a seguir, será aplicada multa de 1% (um por cento) do valor referencial da CPTM, respeitado o contraditório e a ampla defesa:

- a) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) Deixar de entregar amostras para os pregões em que houver a previsão de análise das mesmas com a suspensão da sessão;

- c) Cometer erro no lançamento dos valores e ensejar o retardamento da continuidade do pregão, na tentativa de corrigir o erro cometido.
- 11.3 Caso ocorram as situações especificadas a seguir, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da contratação pretendida, respeitado o contraditório e a ampla defesa:
- a) Regularmente convocada e estando sua proposta dentro do prazo de validade, se recusar a assinar o Contrato;
 - b) Deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, qualquer documento ou anexos exigidos, via mídia eletrônica, de forma provisória, ou em original ou cópia autenticada, de forma definitiva.
- 11.4 Aplicadas as multas referidas nos subitens anteriores, a PROPONENTE deverá pagá-las em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Finanças da CPTM, sob pena de, não o fazendo, sujeitar-se às medidas cabíveis, inclusive sua inscrição no CADIN Estadual.
- 11.5 Para a aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM serão observadas as disposições do artigo 257 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, especificamente os incisos IV, VI, VII e VIII, a seguir transcritos:
- a) Deixar de entregar a documentação exigida para assinatura do contrato: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 90 (noventa) dias;
 - b) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 120 (cento e vinte) dias;
 - c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 100 (cem) dias;
 - d) Praticar as condutas previstas nos incisos IV, V, VII, VIII, IX, X e XI do caput do art. 246 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a seguir transcritas:
 - d1) praticar quaisquer atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - d2) apresentar documentação falsa;
 - d3) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - d4) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

- d5) participar ou tentar participar de licitação, quando enquadrável nas hipóteses de impedimento de participação em licitação;
- d6) praticar conluio, combinação ou cartel na participação de licitação;
- d7) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.6 A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM é cumulável com as sanções de multa para sancionar um mesmo fato.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

12.2 Das sessões públicas de processamento do pregão será lavrada ata circunstanciada, emitida pelo sistema eletrônico de processamento.

12.3 A CPTM poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros.

12.4 O aviso contendo o resumo do edital da licitação, do extrato do contrato e de seus termos de aditamentos decorrentes de procedimentos licitatórios deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na internet no sítio eletrônico www.cptm.sp.gov.br.

12.5 Os atos de julgamento, adjudicação, homologação, demais atos e procedimentos, serão divulgados no sítio eletrônico www.cptm.sp.gov.br.

12.6 No interesse da CPTM, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) Adiada a data da sessão pública de processamento do pregão; ou
- b) Alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da sessão pública de processamento do pregão.

12.7 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade, por meio de correio eletrônico para o endereço departamento.compras@cptm.sp.gov.br, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, devendo a entidade julgar e responder à impugnação até o prazo de 01 (um) dia útil anterior à data fixada para realização da sessão pública.

12.8 Qualquer interessado é parte legítima para apresentar questionamentos, por meio de correio eletrônico para o endereço departamento.compras@cptm.sp.gov.br, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, e as respostas às dúvidas suscitadas serão divulgadas no sistema e no sítio eletrônico www.cptm.sp.gov.br.

12.9 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

- 12.10 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização da sessão pública.
- 12.11 Os casos omissos do presente PREGÃO serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo administrador da plataforma.
- 12.12 O valor do orçamento estimado pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM para esta licitação é sigiloso e preservado até a etapa de negociação, conforme critério de julgamento estipulado neste edital.
- 12.13 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

Gerente de Contratações e Compras

Diretor Administrativo e Financeiro

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO - PE18425
TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO - PE18425
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1 Prestação de serviços de seguro predial para cobertura do patrimônio imobiliário - Pavilhão 03 da CEAGESP e patrimônio mobiliário armazenado - equipamentos e materiais ferroviários da CPTM.

2. LOCAL DO RISCO

- 2.1 Pavilhão de número 03, situado na Rua Campos Vergueiro, 140, Vila Anastácio, São Paulo, SP, CEP 05095-020, de propriedade da CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, com inscrição filial no CNPJ/MF 62.463.005/0002-99 e Inscrição Estadual 107.650.312.115.

3. RISCO A SER COBERTO

- 3.1 Seguro predial para cobertura do patrimônio imobiliário e mobiliário com cobertura mínima contra incêndio/raio/explosão, danos elétricos, vendaval/granizo/fumaça e outros danos físicos e, ainda, eventos de responsabilidade civil.

4. VALOR ESTIMADO ATRIBUÍDO AO RISCO

- 4.1 O valor total dos bens a serem segurados é da ordem de R\$ 75.500.000,00 (setenta e cinco milhões e quinhentos mil reais), sendo:
- 4.1.1 Patrimônio Imobiliário: Pavilhão de número 03: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);
- 4.1.2 Patrimônio Mobiliário: Equipamentos e Materiais Ferroviários armazenados: R\$ 72.500.000,00 (Setenta e dois milhões e quinhentos mil reais).

5. CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS

- 5.1 Área Construída: 1.600m².
- 5.2 Pé direito: 6m.
- 5.3 Idade da Edificação: aproximadamente 65 anos.
- 5.4 Tipo de Estrutura/Parede: Alvenaria.
- 5.5 Tipo de Cobertura | Telhado: Madeira, telhas de amianto.
- 5.6 Material | Espessura das paredes: Tijolos, 40cm.
- 5.7 Portas | Paredes Corta-Fogo: Não há.

6. TIPOS DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ARMAZENADOS

- 6.1 Equipamentos e materiais ferroviários de Sistemas de Sinalização e Energia.

- 6.1.1 Mercadorias Classe IV (produtos fabricados parcial ou totalmente de material plástico, ou outras mercadorias cujas embalagens possuam mais do que 25% em volume de material plástico).
- 6.1.2 Plástico Grupo A (p.e.: polietileno, polipropileno, poliestireno, poliuretano).
- 6.1.3 Plástico Grupo B (p.e.: borracha natural, nylon e borracha de silicone).
- 6.1.4 Plástico Grupo C (p.e.: PVC e resinas).

7. CARACTERÍSTICAS DE ARMAZENAMENTO

- 7.1 Pallets (sobrepostos), predominantemente.

8. PROGRAMAS DE GERENCIAMENTO E SEGURANÇA PATRIMONIAL

- 8.1 Prática de Fumo: Proibida no local.
- 8.2 Plano de Emergência: Não há.
- 8.3 Corpo de Bombeiros: Distância de 2,5km.
- 8.4 Brigada de Incêndio CEAGESP: Sim, durante o horário comercial, com treinamentos anuais.
- 8.5 Portaria | Acesso de pessoas: 24h, Controlado.
- 8.6 Rondas: Registradas e realizadas por vigilantes de responsabilidade da CEAGESP: dia e noite.
- 8.7 CFTV | Sala de Monitoramento: Não há.
- 8.8 Alarme de incêndio: Sim.
- 8.9 Vigilância 24h CEAGESP: Sim, desarmada.
- 8.10 Propriedade total: Perímetro cercado por muros.

9. PROTECIONAL CONTRA INCÊNDIO

- 9.1 Extintores de incêndio: Instalados em todas as áreas com programa de manutenção pela CEAGESP com periodicidade anual.
- 9.2 Alarme de incêndio CEAGESP: Sim, cobertura em todas as áreas com botoeiras interligadas a uma central de alarme, assistida 24h.
- 9.3 Detectores de Fumaça | Calor: Não há.
- 9.4 Rede de Hidrantes Internos em todas áreas CEAGESP: Sim, ramificada com diâmetro da rede principal de 75mm com programa de manutenção pela CEAGESP com periodicidade anual.
- 9.5 Rede de sprinklers: Não há.

9.6 Volume de água exclusivo para combate a incêndios CEAGESP: 48m³ em reservatório elevado, com pressão nominal de 45mca, potência (C.V) de 3, motor elétrico com alimentação elétrica independente sem gerador de emergência, com partida de bomba automática e desligamento manual e sistema mantido por bomba jockey.

9.7 Sistema de dilúvio ou water-spary: Não há.

9.8 Sistema de espuma: Não há.

10. ENERGIA ELÉTRICA | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

10.1 Tensão de entrada energia elétrica: 1 linha de entrada de 13.200V sem geração de emergência própria.

10.2 Luminárias na área de armazenamento: não possuem proteção que evite a queda de lâmpadas.

10.3 Fiação/cabos elétricos na área de armazenamento: não são protegidos por conduítes/calhas.

10.4 Fiação/cabos elétricos no perímetro do galpão: não são protegidos por conduítes/calhas.

11. SINISTRALIDADE

11.1 No Pavilhão 03 não há histórico de qualquer sinistralidade relacionada à incêndio, danos elétricos, quebra de máquinas, alagamento/inundação, vendaval, granizo, deslizamento, queda de raio ou qualquer outro evento.

11.2 Em 11/09/2025, houve registro da ocorrência de evento de incêndio no Pavilhão 10, com 1.640m² de propriedade da CEAGESP e ocupado por terceiros, por meio de contrato de concessão remunerada de uso.

11.3 A área foi limpa e a reforma do referido pavilhão está em processo de contratação (fase- orçamento).

11.3.1 Até o presente momento não são conhecidos os valores aproximados dos danos, incluindo lucros cessantes.

12. COBERTURA, LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DO SEGURADO

12.1 Cobertura mínima contra incêndio/raio/explosão, danos elétricos, vendaval/granizo/fumaça e outros danos físicos e, ainda, eventos de responsabilidade civil ocorridos na área identificada no Item 2 - Local do Risco, deste Termo de Referência, de acordo com a tabela a seguir:

Coberturas	Limite Máximo de Indenização	Participação Obrigatória do Segurado
Incêndio / Raio / Explosão / Fumaça / Outros Danos Físicos	R\$ 75.500.000,00	Não contratada

Coberturas	Limite Máximo de Indenização	Participação Obrigatória do Segurado
Danos Elétricos	R\$ 100.000,00	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.000,00
Vendaval / Granizo	R\$ 400.000,00	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.000,00
Impacto de Veículos	R\$ 150.000,00	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.000,00
Eventos de Responsabilidade Civil	R\$ 3.000.000,00	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.000,00
Danos Morais	R\$ 200.000,00	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.000,00

13. BENEFICIÁRIAS

- 13.1 A Beneficiária, no caso de sinistro do patrimônio imobiliário, será a CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO, proprietária do galpão.
- 13.2 A CPTM será a beneficiária em caso de ocorrência de sinistro ao patrimônio mobiliário.

14. INDENIZAÇÃO NA OCORRÊNCIA DE SINISTRO

- 14.1 Os pagamentos da(s) indenização(ões) devida(s) pela CONTRATADA à BENEFICIÁRIA, deverão ser efetuados em até 30 (trinta) dias a contar da data de entrega da documentação pertinente, observada a correção / atualização pelo índice vigente estabelecido, especificamente para este fim, pelos órgãos reguladores do mercado segurador, sem prejuízo dos juros moratórios, na forma de legislação em vigor.

15. OBRIGAÇÃO DA SEGURADORA

- 15.1 A Seguradora deverá estar regularmente licenciada na SUSEP.

16. DEMAIS CONDIÇÕES




- 16.1 O imóvel é utilizado exclusivamente para armazenagem de equipamentos e materiais ferroviários, não havendo atividades desenvolvidas pela CPTM no local.
- 16.2 A energia elétrica e água não são utilizados, exceto pontualmente.
- 16.3 O inventário dos equipamentos e materiais ferroviários armazenados consta no Anexo 1 do presente Termo de Referência.



17. ANEXOS








- 17.1 Anexo 1 - Equipamentos e Materiais de Energia e Sinalização.






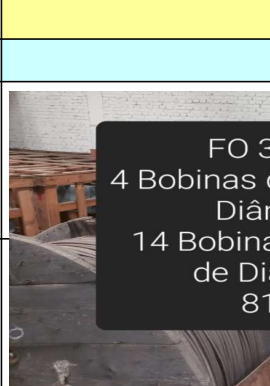
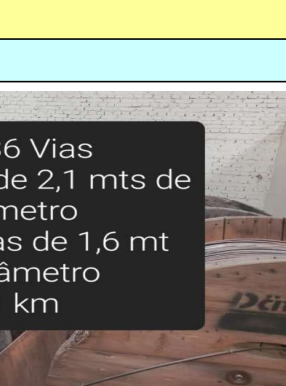
Descrição	Quant.	Medida	Peso [kg]	Volume [m3]	Registro Fotográfico
Transformador Retificador de Tração 34,5 kV-1250 V	2	unid	17500	4,0x2,4x3,8	
Invólucro dos transformadores	2	unid	2000	4,34x2,5x2,0	
Caixa comando e pólos Disjuntor SF6 145 kV	4	unid	1100	1,2x3,1x1,5	
Cilindros SF6	4	unid	35	0,37x1,0x0,3	
Suporte Inferior de Disjuntor 145 kV	4	conj	160	0,7x1,53x0,3	
Transformador Potencial 36 kV	6	unid	69	1,2x1,0x1,0	
Para-raio 36 kV	6	unid	9	0,25x0,25x0,8	
Para-raio 15 kV	8	unid	5	0,2x0,25x0,46	




Descrição	Quant.	Medida	Peso [kg]	Volume [m3]	Registro Fotográfico
Para-raio 4 kVcc	2	unid	2	0,25x0,3x0,3	
Chave Seccionadora Unipolar 400 A 95 kV	2	unid	12	0,6x0,15x0,3	
Transformador Potencial 145 kV	18	unid	320	2,6x0,7x1,1	
Transformador Corrente 145 kV	32	unid	225	2,4x0,9x1,1	
Para-raio 145 kV	9	unid	13	2,6x0,7x1,1 (1)	
Tetos IP41 Cubículos Tração	16	unid	200	1,3x1,8x0,8	
Painel Comando 3 kV	6	unid	350	1,9x1,8x2,3 (2)	
				1,3x1,8x2,3 (2)	
Painel Elétrico 8BT2 34,5 kV	2	unid	1500	3,0x1,4x2,7	



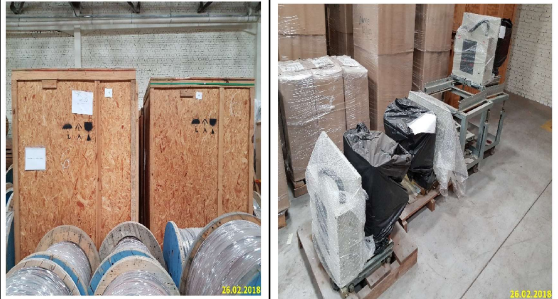

Descrição	Quant.	Medida	Peso [kg]	Volume [m3]	Registro Fotográfico
Cubículo Equalização de Potencial	1	unid	200	0,8x0,9x2,1	
Barramento de Acoplamento do Painel 8BT2 34,5 kV	1	conj	32	1,3x0,2x0,2	
Acessórios Montagem Painéis Tração 3 kVcc	1	conj	500	2,3x0,7x0,7	

DESCRIÇÃO	UNIDADE	PESO	QUANTIDADE NO LOCAL	MEDIDA	VOLUME TOTAL (m³)	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO
SISTEMA DE SINALIZAÇÃO E CONTROLE						
SINALIZAÇÃO E CONTROLE DE CAMPO						
Sistema de Suprimento de Energia Ininterrupta para os equipamentos de Sinalização e Controle de cada estação mestra composto de: transformador abaixador em 13,2 kV/ 220 Vca 3Æ, Quadro de Transferência Automática - QTA, Grupo Retificador /Inversor/chave estática, Paineis de Distribuição de Força em C.A. - PDF e, Quadro de Distribuição de Energia em C.C. - QDCC	un					
Transformador abaixador em 13,2 kV/ 220 Vca 3Æ	un	260 kg	12	100 x 100 x 110	13,20	
Quadro de Transferência Automática - QTA - Domínio Bfunda	un	150 kg	1	221 x 96 x 90	1,91	
Grupo Retificador (No-Breaks/Quadro Shunts)	un	150 kg	3	120 x 120 x 230	9,94	
PDFs	un	150 kg	3	121 x 100 x 90	3,27	
Quadro de Distribuição de Energia - QDCC						
Cabos de alimentação e controle de todos os dispositivos de via e sua interligação com os respectivos Intertravamentos Vitais Microprocessados instalados em salas técnicas de Estação;	cj					




DESCRIÇÃO	UNIDADE	PESO	QUANTIDADE NO LOCAL	MEDIDA	VOLUME TOTAL (m³)	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
Cabos de Fibra Óptica de 12 vias - Linhas 7	m	5646 kg = 125,447 x 45kg	28	100 x 100 x 73	20,44		
			5	125 x 125 x 90	7,03		
Cabos Metálicos de 2 x 2,5mm - Linhas 7	m						
Cabos Metálicos de 2 x 6mm - Linhas 7	m						
Cabos Metálicos de 3 x 16mm - Linhas 7	m						
Cabos Metálicos de 3 x 25mm - Linha 7	m						
Cabos de retorno da corrente de tração e de bondeamento, necessários à perfeita operação do sistema;	cj						
Cabos de Retorno de 240mm2	m	1162 kg	5	130x130x90	7,61		
Cabos de Retorno de 400mm2	m	10422 kg = 6 x 1737 kg	6	150 x 150 x 90	12,15	 	
Sinal do tipo anão e alto padrão Color Light de 2 Aspectos (vermelho/amarelo), para atender ao controle de movimentação de trens na região de AMV's, na via principal e regiões de interfaces com os pátios de manutenção e estacionamento de trens;	cj	60kg	62	49 x 35 x 80	8,51	 	




DESCRIÇÃO	UNIDADE	PESO	QUANTIDADE NO LOCAL	MEDIDA	VOLUME TOTAL (m³)	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
Sinal auxiliar de despacho e partida de trens instalados nas saídas de plataformas, nas zonas de transferência entre a via principal e o pátio de manutenção (TF 's) e nas zonas terminais de manobras (TM 's);	cj	60kg	36	49 x 35 x 80	4,94		
Bobina de impedância (com tampa de proteção padrão CPTM), com as conexões e proteções, em quantidade necessária para a isolação de trechos de separação de circuitos de via, regiões de AMV's e pontos de Retorno de Corrente de Tração.	un	400 kg	175	100 x 60 x 40	42,00		
Gabinets de Terminações de Cabos;	un	150 kg	12	120 x 90 x 230	29,81	 06 Nobreak 21 Bastidores	
Circuito de alimentação 13,8kV/110Vca duplo completo com comutador de linha	un						
Transformador abaixador em 13,2 kV/ 220 Vca 3/E	un	260 kg	22	100 x 100 x 110	24,20		
Quadro de Transferência Automática - QTA - Domínio Bfunda	un	150 kg	3	221 x 96 x 90	5,73		
SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES							
SISTEMA DE TRANSMISSÃO ÓPTICO - STO							
Cabo de fibras ópticas de 36 vias do tipo monomodo para instalação diretamente enterrado no solo para a linha A;	m	5751 kg = 81 x 71kg	4	210x210x100	17,64	 FO 36 Vias 4 Bobinas de 2,1 mts de Diâmetro 14 Bobinas de 1,6 mt de Diâmetro 81 km	
			14	160x160x100	35,84		








DESCRIÇÃO	UNIDADE	PESO	QUANTIDADE NO LOCAL	MEDIDA	VOLUME TOTAL (m³)	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
Kits de emendas para intersecção e interligação do cabo óptico;	cj						
Fios e Cabos para interligações;	cj						
Valor Total Geral - Estoques em Reais - Linha 7							
DESCRIÇÃO	UNIDADE						
SISTEMA DE SUPRIMENTO DE ENERGIA DE TRAÇÃO							
SUBESTAÇÃO DE SEBASTIÃO GUALBERTO							
Transformador Retificador 88-138kV/1250V, Potência (alta, mt-1 e mt-2) 4220 / 2110 / 2110kVA, Resfriamento ONAN, com 7 taps. Apenas Acessórios contendo Buchas, terminais e conectores.	cx	200 kg	12	0,48 x 2,75 x 0,5 m L x P x A	7,92		
Disjuntores de 88kV, 1.250 Amperes, com câmara de extinção a SF-6, para instalação em outdoor, para a entrada de linhas e para os grupos de tração	un	600 kg por caixa	5	4,25 x 2,00 x 1,25 m L x P x A	53,13		
Chaves seccionadoras de 88kV, com mecanismo de operação motorizado, tripolares, para instalação em out-door (entrada de linha, trafo de sinalização, alimentadores dos trafo retificadores)	un	500 kg por chave	2 montadas sobre pallet	2,15 x 1,10 x 2,10 m L x P x A	9,93		






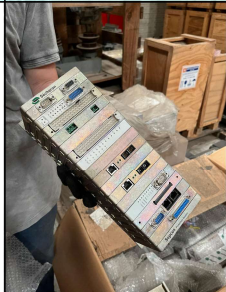
DESCRIÇÃO	UNIDADE	PESO	QUANTIDADE NO LOCAL	MEDIDA	VOLUME TOTAL (m³)	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
Base de fusível monopolar 88kV-10A para trafos de sinalização (com fusível)	un		-				
Painéis de comando controle, sinalização e proteção das entradas de linha. (c/ intertravamentos e interfaces)	un	200 kg por painel	2 painéis	1,60 x 0,85 x 2,40 m L x P x A por painel	6,53		
Painéis de comando controle, sinalização e proteção dos trafos-retificadores. (c/ intertravamentos e interfaces)	un	200 kg por painel	2 painéis	1,60 x 0,85 x 2,40 m L x P x A por painel	6,53		
Painel de Distribuição de Corrente Alternada – PDCA – 220/127 Vca;	un	200 kg	1	0,90 x 0,85 x 2,40 m L x P x A	1,84		
Painel de distribuição de Corrente Contínua – PDCC – 125 Vcc.	un	200 kg	1	0,90 x 0,85 x 2,40 m L x P x A	1,84		
Cubículo de Equalização de Potencial entre Negativo e Terra Externo, tensão de operação regulável 50-100V, nível de curto-circuito 40kA;	un	325 kg	1	1,00 x 0,90 x 2,00 L x P x A	1,80		
Cubículo abrigado de disjuntores de 13,2kV, 1250A, equipados com TP e TC para medição e proteção, que alimentam os ramais de sinalização e conexão com os transformadores de 13,2kV dos circuitos de sinalização com 9 disjuntores com controle.	un	1.000 kg por conjunto	2 conjuntos Cada conjunto contém: 04 módulos e 01 pallet com disjuntor (carrinho)	01 módulo - caixa maior 1,80 x 1,45 x 2,45 m 03 módulos - caixas menores 1,80 x 0,80 x 2,36 m Pallet com disjuntor (carrinho) 1,00 x 0,75 x 0,80 m	34,38		
Sistema 125Vcc composto de carregador de baterias constituído por um retificador analógico, uma unidade de supervisão USCC contendo esta, a unidade de diodos de queda UDQ e as saídas para as baterias e consumidores, uma caixa porta-fusíveis para isolamento das baterias. (carga em regime 40A).	un	100 kg por painel 30 kg por caixa porta-fusíveis	06 painéis + 03 caixas porta-fusíveis	Painel 0,85 x 0,64 x 2,30 Caixa Porta-Fusíveis 0,75 x 0,75 x 1,25	9,62		

DESCRIÇÃO	UNIDADE	PESO	QUANTIDADE NO LOCAL	MEDIDA	VOLUME TOTAL (m³)	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
Cabos de alimentação e controle	cj						
Cabos de Alimentação:	m						
25mm2	m	600 kg	613 m	0,85 x 1,50 x 1,50 m L x P x A	1,91		
185mm2	m		-				
Cabos de Controle:							
7x1,5mm2	m	1159,62 kg	5.500 m parte 1/2 <i>parte 2 no item 16.10</i>	2,50 x 2,50 x 1,00 m L x P x A	3,13	 Cabo 7X1,5 mm² 2,5 x 2,5 x 1 (mts) 11.012 mts	
SUBESTAÇÃO DE ERMELINO MATARAZZO							
Painéis de comando e proteção para as entradas de linha A e B em 88kV.	un	200 kg por painel	3 painéis	1,60 x 0,85 x 2,40 m L x P x A por painel	6,53		
Painéis de Comando e proteção do circuitos de sinalização em 13,8kV;.	un	200 kg por painel	3 painéis	1,60 x 0,85 x 2,40 m L x P x A por painel	6,53		
Painel de Distribuição de Corrente Alternada – PDCA – 220/127 Vca;	un	200 kg	1	0,90 x 0,85 x 2,40 m L x P x A	1,84		
Painel de distribuição de Corrente Contínua – PDCC – 125 Vcc.	un	200 kg	1	0,90 x 0,85 x 2,40 m L x P x A	1,84		
Fusíveis de 10A/138kV (como reserva)	un		-				

DESCRIÇÃO	UNIDADE	PESO	QUANTIDADE NO LOCAL	MEDIDA	VOLUME TOTAL (m³)	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
Cubículo de Equalização de Potencial entre Negativo e Terra Externo, tensão de operação regulável 50-100V, nível de curto-circuito 40kA;	un	325 kg	1	1,00 x 0,90 x 2,00 L x P x A	1,80		
Sistema 125Vcc composto de carregador de baterias constituído por um retificador analógico, uma unidade de supervisão USCC contendo esta, a unidade de díodos de queda UDQ e as saídas para as baterias e consumidores, uma caixa porta-fusíveis para isolamento das baterias. (carga em regime 40A).	un	330 kg	5 painéis + 03 caixas porta-fusíveis	Painel 0,85 x 0,64 x 2,30 Caixa Porta-Fusíveis 0,75 x 0,75 x 1,25	8,37		
Cabos de alimentação e controle	cj						
Cabos de Alimentação:	m						
25mm2	m		-				
185mm2	m		-				
Cabos de Controle:							
7x1,5mm2	m	1153 kg	5.500 m parte 2/2 <i>parte 1 no item 15.18</i>	2,50 x 2,50 x 1,00 m L x P x A	3,13		
SINALIZAÇÃO E CONTROLE DE CAMPO							




DESCRIÇÃO	UNIDADE	PESO	QUANTIDADE NO LOCAL	MEDIDA	VOLUME TOTAL (m³)	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
Sistema de Suprimento de Energia Ininterrupta para os equipamentos de Sinalização e Controle de cada estação mestra composto de: transformador abaixador em 13,8 kV/ 220 Vca 3Æ, Quadro de Transferência Automática - QTA, Grupo Retificador /Inversor/chave estática, Painel de Distribuição de Força em C.A. - PDF e, Quadro de Distribuição de Energia em C.C. - QDCC	un						
Transformador abaixador em 13,8 kV/ 220 Vca 3Æ	un	260 kg	10	100 x 100 x 110	11,00		
Quadro de Transferência Automática - QTA - Domínio São Miguel	un	150 kg	1	221 x 96 x 90	1,91		
Grupo Retificador (No-Breaks/Quadro Shunts) - Domínio São Miguel	un						
PDFs - Domínio São Miguel	un						
Quadro de Distribuição de Energia - QDCC							
Cabos de alimentação e controle de todos os dispositivos de via e sua interligação com os respectivos Intertravamentos Vitais Microprocessados instalados em salas técnicas de Estação;	cj						
Cabos de Fibra Óptica de 12 vias - Linhas 7	m	1655 kg = 36,771 x 45kg	15	150 x 150 x 100	33,75		
Cabos Metálicos de 3 x 25mm - Linha 7	m						
Máquina de chave elétrica telecomandada do tipo Não Talonável, com respectivo leiaute para conexão com o AMV. Serão utilizados AMV's com Jacaré do tipo fixo em todos os desvios da via principal e AMV's e interfaces com as vias do pátio de manutenção e pátios de estacionamento;	cj						

DESCRIÇÃO	UNIDADE	PESO	QUANTIDADE NO LOCAL	MEDIDA	VOLUME TOTAL (m³)	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
Sinal auxiliar de despacho e partida de trens instalados nas saídas de plataformas, nas zonas de transferência entre a via principal e o pátio de manutenção (TF's) e nas zonas terminais de manobras (TM's);	cj						
Bobina de impedância (com tampa de proteção padrão CPTM), com as conexões e proteções, em quantidade necessária para a isolação de trechos de separação de circuitos de via, regiões de AMV's e pontos de Retorno de Corrente de Tração;	un	400 kg	263	100 x 60 x 40	63,12	 	
Circuito de alimentação 13,8kV/110Vca duplo completo com comutador de linha	un						
Transformador abaixador em 13,8 kV/ 220 Vca 3Æ	un	260 kg	19	100 x 100 x 110	20,90	 	
Quadro de Transferência Automática - QTA - Domínio Bfunda	un	150kg	1	221 x 96 x 90	1,91	 	
Equipamentos da Sub-Estação Ribeirão Pires							
Transformador a Seco - 4220kVA	pç						
Transformador a Seco - 4220kVA	pç						
Cubículo para Transformador a Seco - IP31	pç						
Cubículo para Transformador a Seco - IP31	pç						
SISTEMA DE SUPRIMENTO DE ENERGIA DE TRACÇÃO							

DESCRIÇÃO	UNIDADE	PESO	QUANTIDADE NO LOCAL	MEDIDA	VOLUME TOTAL (m³)	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
SUBESTAÇÃO DE SEBASTIÃO GUALBERTO							
Grupo Retificador classe de tração pesada de 4MW, tensão retificada em 3.300V, com resfriamento natural	un	2.000 kg (por caixa de retificador) + 800 kg (01 caixa com tetos)	3	03 caixas Retificador 1,70 x 1,35 x 2,45 m L x P x A + 01 caixa com tetos 1,60 x 1,52 x 1,62 m	20,81		
Disjuntores extra-rápidos 3kVcc, extraível, 4.000 Amperes, para instalação em cela de alvenaria ou cubículos metálicos com largura máxima de 650mm, com proteção (teste de via, unidade de proteção e sinalizações), sendo 03 (três) de catodo, 08 (oito) para alimentadores e 01 (um) como reserva, bem como as respectivas adequações eletromecânicas das celas e troca dos painéis de comando dos disjuntores.	un	600 kg por disjuntor	5 caixas com 2 disjuntores + 1 disjuntor em pallet	Caixa de disjuntor 3,00 x 2,40 x 2,10 m L x P x A + 01 cubículo em pallet 0,85 x 1,60 x 2,40	78,86		
Chave seccionadora monopolar em 3kVcc, com acionamento manual	un	50 kg por chave	4	0,95 x 0,55 x 0,80 m L x P x A por chave	1,67		
Chave seccionadora motorizada bipolar 3kVcc, 4000A, com contatos de sinalização	un	150 kg	0				
SUBESTAÇÃO DE ERMELINO MATARAZZO							
Relé função 64 para proteção em 02 (dois) dos retificadores.	un	60 kg	01 caixa Relés SEPCOS	0,83 x 0,60 x 0,70 m L x P x A	0,35		

DESCRIÇÃO	UNIDADE	PESO	QUANTIDADE NO LOCAL	MEDIDA	VOLUME TOTAL (m³)	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
Disjuntores extra-rápidos 3kVcc, extraível, 4.000 Amperes, para instalação em cela de alvenaria ou cubículos metálicos com largura máxima de 650mm, com proteção (teste de via, unidade de proteção e sinalizações), bem como as adequações eletromecânicas das celas e fornecimento do respectivo painel de comando dos disjuntores.	un	600 kg por disjuntor	3 caixas com 2 disjuntores	3,00 x 2,40 x 2,10 m L x P x A	45,36		
Valor Total Geral - Estoques em Euros - Linha 12							
SISTEMA DE SINALIZAÇÃO E CONTROLE							
SINALIZAÇÃO E CONTROLE DE CAMPO							
Intertravamentos Vitais Microprocessados, integrantes do Sistema de Sinalização e Controle de Tráfego a serem instalados, em princípio, nas estações Mestras para controlarem a movimentação segura de trens em todo o trecho da via principal exercendo as funções de ATP;	cj						
Domínio Lapa	cj	300 kg	5	129 x 116 x 119	8,90		
Domínio Pirituba	cj	250 kg	15	216 x 76 x 112	27,58		
Domínio Jaraguá	cj	250 kg	14	216 x 76 x 112	25,74		
Domínio Perú	cj	200 kg	11	221 x 66 x 81	13,00		
Domínio Franco da Rocha	cj	200 kg	8	221 x 96 x 90	15,28		

DESCRIÇÃO	UNIDADE	PESO	QUANTIDADE NO LOCAL	MEDIDA	VOLUME TOTAL (m³)	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
Controladores de Objetos Vitais Microprocessados, integrantes do Sistema de Sinalização e Controle de Tráfego, estrategicamente distribuídos ao longo das vias, e interligados aos respectivos intertravamentos Mestres (por cabo óptico deste fornecimento), para controlar a movimentação segura de trens através das funções de ATP, em toda a região operacional da via principal;	cj						
Domínio Lapa	cj	300 kg	6	129 x 116 x 119	10,68		
Domínio Pirituba	cj	250 kg	14	216 x 76 x 112	25,74		
Domínio Jaraguá	cj	250 kg	15	216 x 76 x 112	27,58		
Domínio Perú	cj	200 kg	11	221 x 66 x 81	13,00		
Postos de Controle Locais - PCL's, para o controle de cada domínio de Intertravamento Mestre, instalado nas Salas Técnicas e nas SSO's das estações de passageiros;	cj					ANSALDO	ANSALDO
Domínio Lapa	cj	300 kg	5	129 x 116 x 119	8,90		
Domínio Pirituba	cj	250 kg	14	216 x 76 x 112	25,74		
Domínio Jaraguá	cj	250 kg	14	216 x 76 x 112	25,74		
Domínio Perú	cj	200 kg	11	221 x 66 x 81	13,00		
Domínio Franco da Rocha	cj	200 kg	8	221 x 96 x 90	15,28		
Domínio Francisco Morato	cj						
Unidades Terminais Remotas - UTR's, para viabilizar a comunicação entre os Intertravamentos Mestres do trecho Barra Funda – Francisco Morato, com o CCO de Brás da Linha A, através de interfaces apropriadas com o Sistema de Transmissão Óptico - STO;	cj						
Domínio Lapa	cj	300 kg	6	129 x 116 x 119	10,68		
Domínio Pirituba	cj	250 kg	15	216 x 76 x 112	27,58		
Domínio Jaraguá	cj	250 kg	15	216 x 76 x 112	27,58		
Domínio Perú	cj	200 kg	11	221 x 66 x 81	13,00		
Domínio Franco da Rocha	cj	200 kg	8	221 x 96 x 90	15,28		
Domínio Francisco Morato	cj						



DESCRIÇÃO	UNIDADE	PESO	QUANTIDADE NO LOCAL	MEDIDA	VOLUME TOTAL (m³)	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
Circuitos de Via responsáveis pela Detecção de presença de trens e veículos auxiliares ao longo da via;	cj						
Domínio Lapa	cj	300 kg	6	129 x 116 x 119	10,68		
Domínio Pirituba	cj	250 kg	14	216 x 76 x 112	25,74		
Domínio Jaraguá	cj	250 kg	15	216 x 76 x 112	27,58		
Domínio Perús	cj	200 kg	12	221 x 66 x 81	14,18		
Domínio Franco da Rocha	cj	200 kg	8	221 x 96 x 90	15,28		
Domínio Francisco Morato	cj						
Máquina de chave elétrica telecomandada do tipo Não Talonável, com respectivo leiaute para conexão com o AMV. Serão utilizados AMV's com Jacaré do tipo fixo em todos os desvios da via principal e AMV's e interfaces com as vias do pátio de manutenção e pátios de estacionamento;	cj	300 kg	12	180 x 80 x 50	8,64		
Sinal do tipo anão e alto padrão Color Light de 2 Aspectos (vermelho/amarelo), para atender ao controle de movimentação de trens na região de AMV's, na via principal e regiões de interfaces com os pátios de manutenção e estacionamento de trens; Pares de LEDs	cj	60 kg	97	49 x 35 x 80	13,31		
Sinal auxiliar de despacho e partida de trens instalados nas saídas de plataformas, nas zonas de transferência entre a via principal e o pátio de manutenção (TF's) e nas zonas terminais de manobras (TM's); Pares de LEDs	cj		36		4,94		
Material remanescente da implantação em Barra Funda							
GABINETE P2 COMPLETO	pç	100 kg	1	120 x 90 x 220	2,38		
GABINETES P1 COMPLETOS	pç	100 kg	5	120 x 90 x 220	11,88		

DESCRIÇÃO	UNIDADE	PESO	QUANTIDADE NO LOCAL	MEDIDA	VOLUME TOTAL (m³)	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO
Cabo 2X6 mm²	bobina	100 kg = 10 x 110 k	10	70 x 70 x 70	3,43	
Conjunto Servidor, par de trilho, suporte de cabo e cabo de alimentação,	cj					
Cabo 3X16 mm²	m	464 kg = 12 x 200k	12	100 x 100 x 90	10,80	
Nobreak Efacec EFAPOWER	pç	150 kg	6	120 x 90 x 230	14,90	
GABINETES MICROLOCK E ENTRADA /SAIDA VAZIO.	pç	100 kg	3	120 x 90 x 220	7,13	
GABINETE MICROLOCK “P1	pç	100 kg	2	120 x 90 x 220	4,75	
GABINETE MICROLOCK “P2	pç	100 kg	1	120 x 90 x 220	2,38	
Fonte Lamarche A 36D	pç	200 kg	6	121 x 90 x 220	14,26	
GABINETE MICROLOCK “R3”.	pç	100 kg	1	120 x 90 x 220	2,38	
GABINETE MICROLOCK “R4”.	pç	100 kg	1	120 x 90 x 220	2,38	
GABINETE MICROLOCK “T2”.	pç	100 kg	1	120 x 90 x 220	2,38	
Cabo 25X1,5 mm²	m	605 kg = 3 x 200kg	3	200 x 200 x 90	10,80	
GABINETE MICROLOCK “R1”.	pç	100 kg	1	120 x 90 x 220	2,38	
GABINETE MICROLOCK MISC.	pç	100 kg	1	120 x 90 x 220	2,38	
Painel PDF	pç	150 kg	4	120 x 100 x 90	9,50	
Cabo 2X2,5 mm²	m	1400 kg = 9 x 156kg	9	120 x 120 x 90	11,66	
						

DESCRIÇÃO	UNIDADE	PESO	QUANTIDADE NO LOCAL	MEDIDA	VOLUME TOTAL (m³)	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
SISTEMA DE SINALIZAÇÃO E CONTROLE							
SINALIZAÇÃO E CONTROLE DE CAMPO							
Intertravamentos Vitais Microprocessados, integrantes do Sistema de Sinalização e Controle de Tráfego a serem instalados, em princípio, nas estações Mestras para controlarem a movimentação segura de trens em todo o trecho da via principal exercendo as funções de ATP;	cj						
Domínio Itaim	cj	150 kg	2	151 x 103 x 107	3,33		
			6	129 x 116 x 119	10,68		
Domínio Manoel Feio	cj	100 kg	1	85 x 75 x 55	0,35		
			14	216 x 76 x 112	4,91		
Domínio Calmon Viana	cj	150 kg	15	216 x 76 x 112	5,26		
			1	135 x 114 x 168	2,59		
Controladores de Objetos Vitais Microprocessados, integrantes do Sistema de Sinalização e Controle de Tráfego, estrategicamente distribuídos ao longo das vias, e interligados aos respectivos intertravamentos Mestres (por cabo óptico deste fornecimento), para controlar a movimentação segura de trens através das funções de ATP, em toda a região operacional da via principal;	cj						
Domínio Itaim	cj	150 kg	1	151 x 103 x 107	1,66		
			5	129 x 116 x 119	8,90		
Domínio Manoel Feio	cj	100 kg	1	85 x 75 x 55	0,35		
			15	216 x 76 x 112	5,26		
Domínio Calmon Viana		150 kg	14	216 x 76 x 112	4,91		
	cj		1	135 x 114 x 168	2,59		

DESCRIÇÃO	UNIDADE	PESO	QUANTIDADE NO LOCAL	MEDIDA	VOLUME TOTAL (m³)	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
Postos de Controle Locais - PCL´s, para o controle de cada domínio de Intertravamento Mestre, instalado nas Salas Técnicas e SSO das estações de passageiros;	cj						
Domínio Itaim	cj	150 kg	1	151 x 103 x 107	1,66		
			6	129 x 116 x 119	10,68		
Domínio Manoel Feio	cj	100 kg	1	85 x 75 x 55	0,35		
			15	216 x 76 x 112	5,26		
Domínio Calmon Viana	cj	150 kg	15	216 x 76 x 112	5,26		
			1	135 x 114 x 168	2,59		
Unidades Terminais Remotas - UTR´s, para viabilizar a comunicação entre os Intertravamentos Mestres de domínios adjacentes e destes com o CCO de Brás da Linha F, através de interfaces apropriadas com o Sistema de Transmissão Óptico - STO;	cj						
Domínio Itaim	cj	150 kg	1	151 x 103 x 107	1,66		
			5	129 x 116 x 119	8,90		
Domínio Manoel Feio	cj	100 kg	1	85 x 75 x 55	0,35		
			14	216 x 76 x 112	4,91		
Domínio Calmon Viana	cj	150 kg	14	216 x 76 x 112	4,91		
			1	135 x 114 x 168	2,59		

DESCRIÇÃO	UNIDADE	PESO	QUANTIDADE NO LOCAL	MEDIDA	VOLUME TOTAL (m³)	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
Circuitos de Via responsáveis pela Detecção de presença de trens e veículos auxiliares ao longo da via; Domínio Itaim	cj						
Domínio Itaim	cj	150 kg	1	151 x 103 x 107	1,66		
			6	129 x 116 x 119	10,68		
Domínio Manoel Feio	cj	100 kg	1	85 x 75 x 55	0,35		
			14	216 x 76 x 112	4,91		
Domínio Calmon Viana	cj	100 kg	15	216 x 76 x 112	5,26		
			1	85 x 75 x 55	0,35		
Máquina de chave elétrica telecomandada do tipo Não Talonável, com respectivo leiaute para conexão com o AMV. Serão utilizados AMV's com Jacaré do tipo fixo em todos os desvios da via principal e AMV's e interfaces com as vias do pátio de manutenção e pátios de estacionamento;	cj	300 kg	12	180 x 80 x 50	8,64		
Sinal do tipo Anão e Sinal Alto Color Light de 2 Aspectos (vermelho/amarelo), para atender ao controle de movimentação de trens na região de AMV's, na via principal e regiões de interfaces com os pátios de manutenção e estacionamento de trens; Pares de LEDs	cj						
Sinal auxiliar de despacho e partida de trens instalados nas saídas de plataformas, nas zonas de transferência entre a via principal e o pátio de manutenção (TF's) e nas zonas terminais de manobras (TM's); Pares de LEDs	cj						

DESCRIÇÃO	UNIDADE	PESO	QUANTIDADE NO LOCAL	MEDIDA	VOLUME TOTAL (m³)	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
SINALIZAÇÃO E CONTROLE DE CAMPO							
CPTM							
Equipamentos							
Itens 18.1, 18.2 e 18.8 - Equipamentos da house 15+157 instalados, e pagos pela CPTM, e posteriormente desmontados devido L13	cj	150 kg	37	221 x 96 x 90	70,65		
OBSERVAÇÕES GERAIS:							
1) CONDIÇÕES DO GALPÃO							
2) MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO (MISCELÂNEAS SEM DI)							
2.1 - Existem caixas de materiais para a instalação de equipamentos denominado 'miscelâneas',							

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO - PE18425
MINUTA DE CONTRATO

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO - PE18425
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO - PE18425-01 - CÓDIGO ÚNICO Nº 20251244294
PROCESSO - PE18425 - 386.00011945/2025-27

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
SEGURO PREDIAL PARA COBERTURA DO
PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO - PAVILHÃO 03 DA
CEAGESP E PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO
ARMAZENADO - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS
FERROVIÁRIOS DA CPTM, QUE ENTRE SI, FAZEM A
COMPANHIA PAULISTA DE TRENS
METROPOLITANOS - CPTM E**

Pelo presente instrumento, elaborado para um único efeito, as partes abaixo assinadas, de um lado a **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 71.832.679/0001-23, Inscrição Estadual nº 113.898.614-110, com sede em São Paulo - SP, na Rua Boa Vista nº 162, 6º andar, Centro, doravante denominada simplesmente **CPTM**, por seus representantes legais ao final qualificados, e, de outro, a _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, com sede em _____, na cidade de _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por seus representantes legais ao final qualificados, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos, na forma do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, das disposições do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), das normas internas específicas da **CPTM**, do Código de Conduta e Integridade, do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da **CPTM**, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes, bem como toda a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, inclusive, normas setoriais ou gerais sobre o tema, e pela Política de Segurança da Informação da **CPTM**, no âmbito da execução do objeto deste Contrato, pelas condições constantes do edital e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, nas condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1. OBJETO

- 1.1 Constitui objeto do presente contrato a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PREDIAL PARA COBERTURA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO - PAVILHÃO 03 DA CEAGESP E PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO ARMAZENADO - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS FERROVIÁRIOS DA CPTM**.
- 1.2 A presente contratação, para fins de informação à Receita Federal do Brasil, não envolve transferência de tecnologia à **CPTM**.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 2.1 Para melhor caracterização do objeto, bem como para definir procedimentos

decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este instrumento todos os documentos do edital do Pregão Eletrônico - PE18425, bem como os seguintes:

- Anexo I Termo de Referência;
- Anexo II Proposta da **CONTRATADA**;
- Anexo III Planilha de Quantidades e Preços Propostos;
- Anexo IV Cópia da Declaração de Ciência e Responsabilidade;
- Anexo V Termo de Ciência e de Notificação.

2.2 No caso de divergências entre o contrato e seus anexos, prevalecerá o disposto neste contrato.

2.3 Se a divergência for entre anexos, prevalecerá aquele de data mais recente.

2.4 No caso de divergência entre os anexos e a Proposta da **CONTRATADA** prevalecerão os documentos da **CPTM**.

3. REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 Os serviços objeto do presente contrato serão executados sob o regime de **empreitada por preço global**.

4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços deverão ser executados estritamente em conformidade com as condições pormenorizadamente definidas e especificadas neste contrato e no Edital do Pregão Eletrônico - PE18425, integrante deste instrumento para todos os fins e efeitos legais.

4.1.1 A execução dos serviços iniciar-se-á a partir da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S.

4.1.2 Todos os elementos técnicos e informações relativas aos serviços contratados são de exclusiva propriedade da **CPTM** e deverão ser devolvidos findo o presente contrato, não podendo seu conteúdo ser copiado ou revelado a terceiros sem autorização expressa e escrita da **CPTM**, sob pena de responder a **CONTRATADA** por perdas e danos.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E DE VIGÊNCIA

5.1 O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura.

5.2 O prazo de execução do objeto contratual é de **12 (doze) meses**, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela **CPTM** em até **05 (cinco) dias** da data da assinatura do contrato.

5.3 A inobservância do prazo de execução estipulado nesta cláusula somente será admitida pela **CPTM**, quando fundamentada nos motivos de força maior nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro ou por motivos imputáveis à **CPTM**, os quais deverão ser comprovados sob pena de a **CONTRATADA** incorrer nas penalidades estipuladas neste contrato.

5.4 A hipótese de que trata o subitem anterior somente será considerada mediante

solicitação escrita e fundamentada da **CONTRATADA**, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da ocorrência do fato gerador do atraso e desde que aceita, também por escrito, pela **CPTM**.

5.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

5.6 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na **CPTM**.

5.7 Na hipótese de a publicação do ato ocorrer em dia não útil, será considerado publicado o primeiro dia útil seguinte.

6. VALOR DO CONTRATO

6.1 As partes atribuem a este contrato, para efeitos de direito, o valor total de R\$ _____ (_____), em ____/20____, mês-base dos preços.

6.1.1 O valor definido nesta cláusula contempla toda mão de obra, materiais, equipamentos, instrumentos, transportes, acessórios, tributos, encargos, taxas, seguros cabíveis e todos os demais custos, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto deste instrumento contratual.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 A despesa referente ao valor do presente contrato será processada por conta de recursos que estão alocados no **Programa de Trabalho nº 26783370746270000, Natureza da Despesa nº 339030, Origem dos Recursos 150140004 - Código ContabilizaSP nº 26433**.

8. MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 Os serviços objeto deste contrato serão apontados por medições mensais e entrega dos correspondentes relatórios, após a realização dos mesmos, conforme Cronograma Físico-Financeiro e Termo de Referência, partes integrantes do presente instrumento.

8.2 A medição será realizada diretamente pela **CONTRATADA**, indicando as quantidades correspondentes aos serviços previstos e realizados, a data e o local onde os mesmos foram executados e o valor correspondente às atividades executadas no período abrangido pela mesma.

8.3 A medição deverá ser numerada sequencialmente, discriminando o número deste contrato, o seu objeto e a Ordem de Serviço correspondente.

8.4 A medição deverá ser apresentada à **CPTM** até o 3º (terceiro) dia útil, contado do último dia do período de adimplemento de cada parcela, mediante protocolo onde conste a data de sua entrega.

8.5 A **CPTM** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a conferência da medição e dos relatórios e a sua aprovação.

8.6 A medição não aprovada pela **CPTM** será devolvida à **CONTRATADA** para as

necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir da data de sua reapresentação para nova conferência.

- 8.7 A parcela não rejeitada seguirá o processamento normal, conforme estabelecido nesta cláusula.
- 8.8 A devolução da medição não aprovada pela **CPTM** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.
- 8.9 Na hipótese de devolução da medição de forma indevida, a **CPTM** pagará à **CONTRATADA** o valor da rejeição, acrescido de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados “pro rata tempore” desde a data de vencimento original até a do efetivo pagamento.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1 A **CPTM** procederá ao pagamento nas condições previstas nesta cláusula.
 - 9.1.1 Após a aprovação da medição e do recebimento da respectiva Carta de Aprovação de Faturamento - CA, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, apresentar ao Departamento Fiscal - DFSF da **CPTM**, via endereço eletrônico DFSF-NRDF@cptm.sp.gov.br, o(s) documento(s) fiscal(is) pertinentes à operação, dos quais deverão constar todos os tributos incidentes na fonte sobre a prestação dos serviços, conforme estabelecido na cláusula de tributos deste contrato.
 - 9.1.2 No(s) documento(s) fiscal(is) deverá(ão) ser indicados o número do contrato, o período medido, o número da Ordem de Serviço - O.S., o número da medição e os locais de realização dos serviços. No processamento do pagamento, obedecerá a **CPTM** às disposições contidas na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999.
 - 9.1.3 O documento fiscal não aprovado pela **CPTM** será devolvido à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 9.1.1, a partir da data de sua reapresentação.
 - 9.1.4 A devolução do documento fiscal não aprovado pela **CPTM** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.
 - 9.1.5 A **CPTM** efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega da nota fiscal no DFSF, desde que aprovadas a medição e a nota fiscal, nos prazos estabelecidos nas cláusulas da medição e de pagamento deste contrato.
 - 9.1.5.1 A efetivação do(s) pagamento(s) oriundo(s) deste contrato fica condicionada à inexistência de registro da **CONTRATADA** no CADIN Estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.
 - 9.1.6 Na hipótese de ocorrer devolução da medição, conforme estabelecido na

correspondente cláusula deste contrato, o prazo de pagamento será dilatado pelo número de dias contados entre a data de devolução e a(s) data(s) da nova apresentação.

- 9.1.7 Caso ocorra atraso no pagamento, por motivos imputáveis à **CPTM**, os valores devidos serão acrescidos de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados “pro rata tempore”, desde a data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{VJM} = \text{VA} \times (1,06)^{(n/365)}, \text{ onde:}$$

VJM = Valor em atraso acrescido de juros moratórios
VA = Valor em atraso
n = Número de dias em atraso

- 9.1.8 Excetuam-se os atrasos decorrentes de caso fortuito ou de força maior previstos no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que devidamente comprovados.
- 9.1.9 Os valores de eventuais reajustamentos de preços deverão ser indicados no corpo do documento fiscal e faturados separadamente do valor principal, acompanhados da respectiva memória de cálculo, bem como da cópia da publicação dos índices de preços que compõem a fórmula de reajuste.
- 9.1.10 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente, junto ao BANCO DO BRASIL S.A., na forma do Decreto 62.867, de 03/10/2017 alterado pelo Decreto Estadual nº 66.000, de 09/09/2021, estando vedada a cobrança bancária.
- 9.1.11 A **CONTRATADA** deverá informar, por escrito, o tipo, o número da conta corrente, o número e o nome da agência de sua conta, em até 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura do contrato, por correspondência dirigida ao Gestor do contrato.
- 9.1.12 A **CPTM** poderá, sem prejuízo do disposto na cláusula DAS PENALIDADES, descontar dos pagamentos das faturas importâncias que, a qualquer título, forem-lhe devidas pela **CONTRATADA** em razão do presente contrato ou de qualquer outro celebrado entre a **CPTM** e a **CONTRATADA**.
- 9.1.13 Quaisquer títulos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA** contra a **CPTM** não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. A **CPTM** não se obriga a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança por meio de Bancos ou empresas de "factoring".
- 9.1.14 A **CONTRATADA** dará como quitadas todas as duplicatas ou outros documentos de cobrança sacados contra a **CPTM**, pela efetivação do crédito em sua conta corrente.

10. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 10.1 Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = P_0 \times [(A_i / A_0) - 1], \text{ onde:}$$

R = Parcela de Reajuste;

P_0 = Preço na data base de referência do contrato;

A_i = número índice IPC-FIPE, categoria Geral, referente ao mês da aplicação do reajuste de preços; e

A_0 = número índice IPC-FIPE, categoria Geral, referente ao mês da data base do contrato.

- 10.2 A periodicidade anual para a aplicação do reajuste será contada a partir do mês base dos preços - ____/____.
- 10.3 Na hipótese da publicação do índice ocorrer após a aprovação da medição pelo gestor, eventual diferença apurada entre o valor aprovado e o valor efetivamente devido, será objeto de ajuste nos seguintes termos:
- 10.3.1 Caso o reajuste seja positivo, a **CONTRATADA**, após autorização do Gestor, deverá emitir nota fiscal ou documento de cobrança complementar referente à diferença apurada entre o valor aprovado anteriormente e o efetivamente devido, cujo pagamento deverá ocorrer a 10 (dez) dias da entrega desses documentos à **CPTM** ou na data de vencimento original da medição, o que ocorrer depois.
- 10.3.2 Se o reajuste for negativo, a **CPTM** emitirá Nota de Débito a ser compensada na data de vencimento original da medição ou a ser paga à **CPTM** no mesmo prazo definido no inciso anterior, aplicando-se, em caso de atraso, os encargos previstos neste contrato.
- 10.4 Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o quanto disposto nesta cláusula, as partes concordam desde já com a sua adequação aos dispositivos legais pertinentes.
- 10.5 Na hipótese de ocorrer atraso em relação ao previsto no cronograma contratual, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, o reajuste referente à parcela em atraso será calculado somente até a data em que os serviços deveriam ter sido executados pelo cronograma em questão.

11. TRIBUTOS

- 11.1 Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência, direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução encontram-se incluídos no preço do contrato, competindo à **CONTRATADA** apurá-los e recolhê-los, sem direito a reembolso. Na hipótese de fornecimento que implique à **CPTM** apurar e recolher o ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA de que trata art. 117 do RICMS PAULISTA, a **CONTRATADA** desde logo autoriza que o pertinente valor seja deduzido/glosado de pagamentos subsequentes a ela efetuados.
- 11.2 A alíquota do ICMS, já inclusa no preço, será aquela vigente por ocasião do faturamento para a **CPTM**, correspondente ao respectivo Estado da Federação.
- 11.3 A **CPTM** se reserva o direito de solicitar à **CONTRATADA**, quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento de tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.

- 11.4 Se durante o prazo de vigência deste contrato houver a alteração da alíquota dos tributos e demais encargos, ou a instituição de novos tributos que diretamente afetem os preços constantes deste contrato, os mesmos serão ajustados desde que devidamente comprovada a sua incidência e devidamente acordada entre as partes.
- 11.5 Caso haja majoração de tributos e esta esteja incluída na fatura, estando a **CONTRATADA** em atraso em relação ao prazo de execução dos serviços, por fatos de sua exclusiva responsabilidade, a **CPTM** responderá, unicamente, pelo valor do tributo da época em que o evento deveria ter sido realizado, devendo a **CONTRATADA** suportar o ônus dessa diferença.
- 11.6 A **CPTM**, quando for a responsável tributária e nessa qualidade, apurará e reterá os tributos devidos dos pagamentos que efetuar e os recolherá segundo a legislação vigente.
- 11.7 As notas fiscais serão emitidas com observância do prazo de recolhimento dos tributos incidentes na fonte. Na hipótese de a emissão se der após o prazo de recolhimento ou de forma ou tempo que não permita o tempestivo recolhimento dos tributos incidentes na fonte, a **CONTRATADA**, assume desde logo, a responsabilidade pelo pagamento dos correspondentes encargos moratórios.
- 11.8 A **CONTRATADA** deverá fazer constar em suas notas fiscais todos os tributos incidentes na fonte, com indicação de sua base de cálculo, alíquota e do montante apurado. Na hipótese de isenção ou outra ocorrência que venha a inibir a incidência tributária, a **CONTRATADA** deverá indicá-la no documento fiscal, acompanhada do devido fundamento legal.
- 11.9 Na ocorrência de divergência entre o valor do tributo informado na nota fiscal e o efetivamente apurado, retido e recolhido na fonte, a **CONTRATADA** desde logo reconhece e autoriza à **CPTM** a deduzir a diferença apurada no próprio ou em futuros pagamentos a ela efetuados, a qualquer título.
- 11.10 Quando se tratar de faturamento decorrente de serviços tributados pelo Imposto sobre Serviços - ISS, retidos e recolhidos pela **CPTM**, a cobrança deverá ser efetuada por documentos fiscais individualizados, de acordo com o município em que é prestado o serviço.
- 11.11 A **CONTRATADA**, se permitida a dedução de materiais da base de cálculo do ISS, deverá tomar as providências previstas na legislação municipal pertinente para que ocorra seu reconhecimento pelo órgão municipal competente, de modo a que o ISS indicado na nota fiscal corresponda exatamente ao valor a ser recolhido. Nestas providências incluem-se o prévio exame da fiscalização ou o cadastramento das notas fiscais de materiais em programas específicos de apuração de impostos municipais.
- 11.12 É de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** quaisquer tributos e/ou encargos financeiros que venham a ser imputados a **CPTM**, em decorrência de incorreções de faturamento ou de situações que possam inibir a **CPTM** do cumprimento de suas obrigações tributárias, cabendo o respectivo ressarcimento.

12. OBRIGAÇÕES DA CPTM

- 12.1 A **CPTM** se responsabiliza por:

- 12.1.1 Fornecer todas as informações necessárias e que estiverem disponíveis para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente contrato.
- 12.1.2 Notificar por escrito a **CONTRATADA**, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontrados na execução dos serviços.
- 12.1.3 Notificar por escrito a **CONTRATADA** da aplicação de eventual penalidade.
- 12.1.4 Viabilizar toda fiscalização necessária ao acompanhamento dos serviços.
- 12.1.5 Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da **CONTRATADA**, a que tenha acesso durante a execução deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 A CONTRATADA se obriga a:

- 13.1.1 Preliminarmente ao início dos serviços, apresentar:
 - 13.1.1.1 Prova de inscrição no Cadastro dos Contribuintes Municipal expedida pelo Órgão competente da Prefeitura do Município onde está localizada a **CONTRATADA**, que demonstre a possibilidade de emissão das notas fiscais para os serviços ora contratados.
- 13.1.2 Dar início à execução dos serviços a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço - O.S. emitida pela **CPTM**.
- 13.1.3 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto do contrato, conduzindo-os de modo eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado.
- 13.1.4 Manter o local de execução dos serviços sempre em ordem e de acordo com as normas de segurança, preservando as integridades físicas dos empregados e demais profissionais autorizados para fiscalização destes.
- 13.1.5 Conduzir os trabalhos em estrita observância às normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.1.6 Arcar com todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre este contrato, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.
- 13.1.7 Considerar custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância.

- 13.1.8 Possuir quadro de empregados qualificados, com formação e conhecimentos específicos e compatíveis com os serviços especializados necessários para desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 13.1.9 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, fornecendo aos mesmos os EPIs necessários, devendo apresentar-se devidamente identificados com crachás.
- 13.1.10 Cientificar a **CPTM** o mais rapidamente possível, e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas por escrito, de qualquer ocorrência anormal que se verificar no decorrer dos trabalhos, dentro das responsabilidades descritas.
- 13.1.11 Paralisar, por determinação da **CPTM** ou seus prepostos, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com as especificações técnicas, projetos, normas regulamentadoras e a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.1.12 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à **CPTM**, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CPTM**.
- 13.1.13 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento.
- 13.1.14 Obter as devidas autorizações previstas em lei para a prestação do serviço, bem como promover as inscrições e registros necessários a tanto.
- 13.1.15 Obedecer às normas e rotinas da **CPTM**, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.
- 13.1.16 Guardar confidencialidade no uso das informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização e custódia.

14. PESSOAL

- 14.1 O pessoal que a **CONTRATADA** empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá relação de emprego com a **CPTM** e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**. No caso de vir a **CPTM** ser denunciada judicialmente, a **CONTRATADA** a ressarcirá de qualquer despesa que, em decorrência, vier a ser condenada a pagar.

- 14.2 A **CONTRATADA** deverá responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão de obra empregada na realização dos serviços, pelos encargos tributários, comerciais, ambientais, trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à realização dos serviços ora contratados. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos referidos, não transfere à **CPTM** responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 14.3 Caso ocorra eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da **CONTRATADA**, fica esta, obrigada a requerer a exclusão da **CPTM** da lide, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante quaisquer terceiros interessados.
- 14.4 Na hipótese de a **CPTM** vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da **CONTRATADA**, durante a vigência contratual e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas. Na eventualidade do contrato ter sido encerrado e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela **CPTM**, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a **CPTM** utilizará o direito de regresso, em ação própria, a ser intentada contra a **CONTRATADA**, a qual, desde já, manifesta expressa concordância, com as duas hipóteses previstas neste subitem.
- 14.5 A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CPTM** o registro de todos os empregados ligados ao contrato e deverá obedecer a todos os requisitos da legislação trabalhista em vigor.
- 14.6 Por ocasião da apresentação à **CPTM** da nota fiscal, fatura, recibo ou documento fiscal equivalente, deverá ainda ser apresentada, pela **CONTRATADA** os documentos de ordem previdenciária abaixo listados correspondentes ao período de execução dos serviços:
- a) Recibo transmissão da DCTFWeb;
 - b) DARF da Contribuição Previdenciária com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet.
- 14.7 As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas, que deverão corresponder ao período de execução e por tomador de serviço (**CPTM**) são:
- a) Guia de Recolhimento do FGTS Digital - GFDRF, gerada e impressa pelo SEFIP após a transmissão do arquivo SEFIP, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;
 - b) Relação dos Trabalhadores Constantes no FGTS Digital; e
 - c) Relação de Tomadores/Obras do FGTS Digital.

15. PENALIDADES

- 15.1 Salvo ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devida e formalmente justificados/comprovados, ao não cumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta e observada a dosimetria da penalidade do artigo 257 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, garantida prévia defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as seguintes penalidades:
- 15.1.1 Advertência, aplicada exclusivamente no caso de inexecução parcial do contrato e desde que não cause grave dano à **CPTM**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse público, bem como quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo da penalidade de multa;
 - 15.1.2 Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor atualizado do saldo do contrato, na hipótese de descumprimento de qualquer de suas cláusulas;
 - 15.1.3 Multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor atualizado do saldo do contrato, na hipótese da reincidência da ação ou da omissão, que tenha justificado a aplicação da multa estabelecida no subitem anterior;
 - 15.1.4 Multa de 20,0 % (vinte por cento) sobre o valor atualizado do saldo do contrato, em caso desistência ou rescisão do contrato.
 - 15.1.5 A totalidade das multas aplicadas a **CONTRATADA** não poderá exceder o limite de 30% do valor do contrato, conforme § 2º do Artigo 247 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023;
 - 15.1.6 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CPTM**, por prazo não superior a 24 (vinte e quatro) meses, nos termos do Artigo 247, inciso III do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 15.2 As penalidades de multa serão, sempre que possível, descontadas dos créditos da **CONTRATADA** ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.
- 15.3 O pagamento das multas compensatórias não exime a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que ultrapassem o valor das penalidades aplicadas, devendo ser adotado o procedimento do artigo 248 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.
- 15.4 Na hipótese de não existirem pagamentos previstos, efetivamente configurados, a **CONTRATADA** deverá efetuar a quitação da multa em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Finanças da **CPTM**, sob pena de, em não o fazendo, sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis.

- 15.5 O não pagamento da multa no prazo estipulado importará na incidência de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano “pro rata tempore”, até seu efetivo pagamento, utilizando-se para o cálculo a mesma fórmula indicada no subitem 9.1.7 deste contrato.

16. RESCISÃO

16.1 Constituem motivos para rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A lentidão do seu cumprimento, levando a **CPTM** a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- c) A fusão, cisão, incorporação, associação da **CONTRATADA** com outrem, bem como a cessão ou transferência, total ou parcial, sem prévia autorização da **CPTM** para avaliação da manutenção das condições de habilitação, contratação e eventual prejuízo à execução do objeto contratado;
- d) O desatendimento das determinações regulares do Gestor ou Fiscal do contrato, assim como as de seus superiores;
- e) O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- f) A dissolução da sociedade, o falecimento da **CONTRATADA**, a decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** que prejudique a execução do contrato;
- h) Razões de interesse público justificadas e determinadas pela Diretoria Colegiada;
- i) O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação ou de contratação pela **CONTRATADA**;
- j) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- k) A prática de atos lesivos à **CPTM** previstos na Lei Federal nº 12.846/2013;
- l) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

16.2 Constituem motivos para rescisão do contrato, mediante denúncia da **CONTRATADA**:

- a) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da **CPTM**, por prazo superior a 3 (três) meses;
- b) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas

e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

- c) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela **CPTM** por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

16.3 A rescisão por iniciativa da **CONTRATADA** deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

16.4 Em qualquer hipótese de rescisão contratual, os serviços já elaborados ou em elaboração, pela **CONTRATADA**, até a data rescisória, passarão à propriedade da **CPTM**.

16.5 A rescisão consensual ocorrerá por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e será reduzida a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a **CPTM**.

16.6 Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, nos termos do disposto no artigo 187 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

16.7 As hipóteses de extinção a que se referem as alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 16.2 acima observarão as seguintes disposições:

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a **CONTRATADA** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação.

16.8 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no artigo 189 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

17. ALTERAÇÕES

17.1 O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, por acordo das partes, nos casos previstos no art. 173 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

17.2 A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), para os seus acréscimos.

17.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo entre as partes, e deverão ser

feitos por meio de termos de aditamento, mantidos os preços unitários e demais condições contratuais.

- 17.4 Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no subitem 17.2.
- 17.5 Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogações, se comprovadamente ocorrerem as circunstâncias descritas no artigo 177 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

18. SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

- 18.1 O Objeto do presente contrato é indivisível e deverá ser executado em sua totalidade pela **CONTRATADA**, não sendo admitida a subcontratação.

19. COMUNICAÇÕES

- 19.1 Todas as comunicações recíprocas, relativas a este contrato, serão consideradas como efetuadas se entregues por correspondência endereçada como segue:

CPTM:

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

RUA BOA VISTA Nº 162, 6º ANDAR - CENTRO

SÃO PAULO / SP

CEP 01014-902

CONTRATO - PE18425-01

CONTRATADA:

RAZÃO SOCIAL

ENDEREÇO

CIDADE / UF

CEP _____

CONTRATO - PE18425-01

CONTATO _____

TEL/FAX _____

E-MAIL _____

- 19.2 A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos ou Memorandos de Remessa - MR, será feita mediante correio eletrônico ou carta, ambos com comprovação de recebimento, que deverá ser juntado aos autos do processo de licitação ou gestão. Em quaisquer dos casos, deverá sempre constar o número deste contrato, o assunto, data de recebimento e o nome do remetente.
- 19.3 A **CPTM** e a **CONTRATADA** deverão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da assinatura deste instrumento, apresentar por escrito os nomes e respectivos cargos dos empregados designados pelas mesmas, para serem responsáveis pela gestão do presente contrato, aos cuidados dos quais deverão ser dirigidas as correspondências aqui previstas.

20. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

- 20.1 No recebimento e aceitação do objeto deste contrato serão observadas, no que

couber, as disposições contidas no artigo 180 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

- 20.2 O objeto deste contrato será aceito pela **CPTM**, desde que atenda as condições estipuladas neste instrumento e nos documentos que fazem parte integrante do mesmo.
- 20.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório - TRP, assinado pela **CPTM** e pela **CONTRATADA**, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita de conclusão dos trabalhos pela **CONTRATADA**. Na emissão do TRP, deverão ser registradas todas as pendências a serem solucionadas no período de observação de defeitos ou falhas na conclusão do escopo. Não ocorrendo a solução das pendências nos prazos contratuais, a **CONTRATADA** passará à condição de inadimplência perante a **CPTM**.
- 20.4 O Recebimento Definitivo será efetuado no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório - TRP, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD, assinado pela **CPTM** e pela **CONTRATADA**.

21. NOVAÇÃO

- 21.1 Se qualquer das partes permitir, por tolerância, o descumprimento, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ou de seus anexos, tal fato não implicará novação das obrigações ora assumidas.

22. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 22.1 Aplica-se a este contrato, e principalmente aos casos omissos, o disposto no Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023 e na Lei Federal nº 13.303/16, bem como na Legislação Estadual pertinente.

23. VINCULAÇÃO

- 23.1 O presente contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico - **PE18425** e à proposta da **CONTRATADA**.

24. FORO

- 24.1 Os contratantes elegem o foro da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento.

Pela **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**:

Pela **CONTRATADA**:

TESTEMUNHAS:

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO - PE18425
MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO - PE18425

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PREDIAL PARA COBERTURA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO - PAVILHÃO 03 DA CEAGESP E PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO ARMAZENADO - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS FERROVIÁRIOS DA CPTM.

Prezados Senhores,

Tendo tomado conhecimento dos termos do edital da licitação sob referência, temos a grata satisfação de apresentar nossa proposta para a prestação de serviços objeto desta Licitação.

1. SERVIÇOS

- 1.1 A presente proposta refere-se à **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PREDIAL PARA COBERTURA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO - PAVILHÃO 03 DA CEAGESP E PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO ARMAZENADO - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS FERROVIÁRIOS DA CPTM.**
- 1.2 Nela, estão observadas todas as condições estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico - PE18425 e seus anexos.

2. PREÇOS

- 2.1 O preço total para os serviços objeto do edital que propomos é de R\$ _____ (_____), data-base ____/20XX.
- 2.2 No preço indicado no subitem anterior estão incluídos, além da mão de obra, material, equipamentos, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outras despesas de quaisquer naturezas que se fizerem indispensáveis à perfeita execução dos serviços objeto da licitação, também o BDI.

3. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VALIDADE DA PROPOSTA

- 3.1 O prazo de execução do objeto contratual é de **12 (doze) meses**, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela CPTM em até **05 (cinco) dias** da data da assinatura do contrato.
- 3.2 O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua entrega.

4. DECLARAÇÕES

- 4.1 Declaramos ter pleno conhecimento da natureza dos serviços a serem prestados.
- 4.2 Declaramos nos submeter a todas as cláusulas e condições do edital, bem como às

disposições do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, da Lei Federal nº 13.303/16 e da Legislação Estadual pertinente, que regerão o contrato decorrente desta licitação.

- 4.3 Declaramos nosso compromisso de respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Conduta e Integridade e o Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM que se encontram disponíveis no site da companhia no endereço eletrônico <https://www.cptm.sp.gov.br/cptm/esg-consciente/praticas-de-governanca/codigos-de-conduta-integridade>.

CARIMBO DO C.N.P.J. DA PROPONENTE
DATA E NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL
CARGO

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO - PE18425
MODELO DE PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS PROPOSTOS

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO - PE18425
MODELO DE PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS PROPOSTOS

Data-Base: _____/_____/_____

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN.	PREÇO TOTAL 12 MESES (R\$)
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PREDIAL PARA COBERTURA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO - PAVILHÃO 03 DA CEAGESP E PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO ARMAZENADO - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS FERROVIÁRIOS DA CPTM.	1	GL	
TOTAL GERAL				

ANEXO V**PREGÃO ELETRÔNICO - PE18425****MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE JUNTO AO MINISTÉRIO DO
TRABALHO**

_____, inscrita no CNPJ sob o nº_____._____._____/_____, interessada em participar do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO - PE18425 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) do C.P.F nº_____, DECLARA, sob as penas da lei, que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

_____, de _____ de
(Nome da cidade)

assinatura do representante legal

(com carimbo da PROPONENTE)

ANEXO VI
PREGÃO ELETRÔNICO - PE18425
MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO SUBITEM 3.7.1 DO EDITAL

_____, inscrita no CNPJ sob o nº_____._____._____/_____, interessada em participar do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO - PE18425 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) do C.P.F nº_____, DECLARA que reúne as condições de participação e que não se encontra impedida de licitar e de ser contratada pela CPTM, nos termos do subitem 3.7.1 do Edital e pelos motivos constantes nos artigos 30 e 31 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

_____, de _____ de
(Nome da cidade)

assinatura do representante legal
(com carimbo da PROPONENTE)

Nota 1: Apresentar o telefone e o e-mail de contato da PROPONENTE

Telefone:

e-mail:

ANEXO VIII
PREGÃO ELETRÔNICO - PE18425
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARTE RELACIONADA

Prezados Senhores,

Eu, [NOME COMPLETO], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], CPF nº [], [FUNÇÃO OU CARGO], na condição de representante da empresa [RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ nº _____, em atendimento à Política de **Transações com Partes Relacionadas** da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, disponível através do endereço eletrônico <https://www.cptm.sp.gov.br/cptm/esg-consciente/praticas-de-governanca/legislacao-estatuto-social-e-politicas>, **DECLARO**, sob as penas cabíveis, que, seja em nossa empresa ou em outra empresa na qual tenhamos sociedade ou que pertença ao nosso grupo empresarial, na posição de administrador (diretor ou conselheiro) ou sócio:

() **NOS ENQUADRAMOS** como **Parte Relacionada da CPTM**.

() **NÃO NOS ENQUADRAMOS** como **Parte Relacionada da CPTM**.

Qualquer modificação na informação acima, durante o período de execução do contrato, será reapresentada à CPTM, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias a contar da alteração e encaminhada por e-mail para o endereço eletrônico: programa.integridade@cptm.sp.gov.br.

Declaro ciência de que, na hipótese de identificação como **Parte Relacionada à CPTM**, a transação deverá seguir os trâmites específicos, podendo comprometer prazos.

No caso de parte relacionada, pessoa física, detalho a indicação para que o processo seja conduzido sob a ótica da Conformidade das Transações com Partes Relacionadas.

NOME	CPF	PARENTESCO	EMPREGADO CPTM	CARGO OCUPADO

Se a parte relacionada for entre Organizações:

PARTE RELACIONADA	EMPRESA	CNPJ
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO		
ADM DIRETA OU INDIRETA DO GESP		
ACIONISTA DA CPTM CONTROLA DIRETA OU INDIRETAMENTE		
CPTM OU GESP INFLUENCIAM OU TEM REPRESENTANTE NA ADM DA EMPRESA		
GESTORA DE BENEFÍCIO PÓS EMPREGO		

_____, ____ de _____ de _____

assinatura do representante legal
(com carimbo da PROPONENTE)

As pessoas físicas ou jurídicas que se enquadram nas condições acima, permanecem consideradas como Parte Relacionada por 180 (cento e oitenta) dias após a cessação desta condição.

ANEXO IX
PREGÃO ELETRÔNICO - PE18425
MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CONTRATADO:

CONTRATO: PE18425-01

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PREDIAL PARA COBERTURA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO - PAVILHÃO 03 DA CEAGESP E PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO ARMAZENADO - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS FERROVIÁRIOS DA CPTM.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL: São Paulo/SP

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Pela contratada:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____